

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.121 - PR (2018/0305890-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **RENATO JUVENANCIO**
AGRAVANTE : **LUIZ CARLOS CAMARGO**
AGRAVANTE : **AMILTON DE SOUZA**
AGRAVANTE : **ARMANDO FELICIANO DA COSTA**
AGRAVANTE : **SEBASTIAO SOARES**
AGRAVANTE : **CLARIMUNDO RIBAS DE SOUZA**
ADVOGADOS : **FRANCISCO LEITE DA SILVA - PR025199**
: **ANTONIO LUIZ ZEPONE JÚNIOR - PR028771**
AGRAVADO : **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**
ADVOGADO : **MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA – SFH – LAUDO PERICIAL QUE ATESTA AUSÊNCIA DE VÍCIOS DA CONSTRUÇÃO – INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RISCO IMINENTE DE DESMORONAMENTO, ÚNICA HIPÓTESE EM QUE SERIA POSSÍVEL A COBERTURA POR VÍCIOS CONSTRUTIVOS – INEXISTÊNCIA DO DEVER DE REPARAR – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS RECURSAIS – INTELIGÊNCIA DO ART. 85, §11 DO NCPC. RECURSO DE APELAÇÃO NÃO PROVIDO" (fl. 1.087 e-STJ).

No recurso especial, os recorrentes alegam violação dos arts. 47 e 51 do Código de Defesa do Consumidor, e 757 do Código Civil. Sustentam que têm o direito de receber a indenização pelos vícios construtivos, necessária para a recuperação de seus respectivos imóveis.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No que concerne ao direito à indenização, o Tribunal de origem, à luz da prova dos autos, concluiu pela inexistência de vícios construtivos, conforme se extrai da leitura do

voto condutor, merecendo destaque o seguinte trecho:

"Os autores buscam a reforma da sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais de reparação dos imóveis em discussão, argumentando, em resumo, que possuem direito à indenização securitária decorrente dos vícios de construção, pois essa é a finalidade do contrato de seguro, que deve ser analisado, ainda, sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor.

A apólice de seguro habitacional firmada entre as partes, acostada aos autos às págs. 167/202 (mov. 1.7), dispõe o seguinte sobre os riscos cobertos:

'3. RISCOS COBERTOS 3.1. Estão cobertos pelas presentes Condições todos danos ao objeto do seguro, causados por:

3.1.1. Incêndio e queda de raio;

3.1.2. Explosão acidental de gás utilizado em aparelhos de uso doméstico, dentro do imóvel objeto do contrato de financiamento;

3.1.3. Desmoronamento total;

3.1.4. Desmoronamento parcial, assim entendido a destruição ou desabamento de paredes, vigas ou outro elemento estrutural;

3.1.5. Ameaça de desmoronamento, devidamente comprovada;

3.1.6. Destelhamento;

3.1.7. Inundação ou alagamento.

Com efeito, embora a ré alegue que o contrato exclui expressamente a cobertura de vícios inerentes à construção, conforme reconhecido por este Tribunal de Justiça, trata-se de relação de consumo, sendo imperiosa a observância aos direitos e princípios norteados no CDC, notadamente aos arts. 47 e 51, que preveem, respectivamente, a interpretação mais favorável aos segurados, e a nulidade das cláusulas contratuais que importem em renúncia ou restrição de seus direitos.

Interpretando, então, a cláusula dos riscos cobertos sob à luz da lei consumerista, tenho que, existindo cobertura para ameaça de desmoronamento, devidamente comprovada, estão naturalmente cobertos os danos estruturais, assim entendidos como vícios construtivos oriundos da má utilização de técnicas na realização da obra, que possam abalar a estrutura do imóvel e causar o risco do seu desmoronamento.

Não obstante, para configurar o dever de indenizar, deve haver a efetiva comprovação do risco ou ameaça de desmoronamento do imóvel, e, ainda, que os riscos decorram da estrutura da construção, daí porque imperiosa a produção de prova técnica.

Todavia, o laudo pericial acostado às págs. 701/817 (mov. 166) constatou de forma contundente que inexistem quaisquer danos nos imóveis dos autores, como se vê da resposta aos quesitos nº 1 dos autores e nº 14 da ré:

'1- Quais os danos encontrados nos imóveis dos autores?

- Não apresenta dano algum."

14- Há risco de desmoronamento no imóvel ou de algum de seus elementos estruturais? Caso positivo qual a causa?

- Não.'

A conclusão do laudo a respeito dos imóveis periciados, portanto, é a seguinte:

'Após a análise e o estudo dos fatos, investigando os possíveis fatores intervenientes na formação de quaisquer anomalias construtivas aparentes, e em conformidade com o nível de rigor adotado, restando o melhor entendimento do mérito, afirmamos que o estado das edificações é bom e estável no geral com desgastes naturais do tempo e pouca conservação de alguns itens (pintura, caixilho, forro). Esses fatos não acarretam nem mesmo a desvalorização precoce das edificações pois não constatamos elementos necessários para isso.' (pág. 709 – mov. 1.66) - destaquei

Ademais, ao prestar esclarecimentos sobre o laudo, o perito reafirmou claramente que 'não há danos construtivos em nenhuma das 06 (seis) edificações periciadas relativas a estes Autos. Não há falhas ou riscos em potencial nessas edificações que afetam o desempenho que tornam esses imóveis impróprios para o uso, muito menos vícios que afetam a saúde e a segurança do morador'. (pág. 882 – mov. 15.2)

Desse modo, como nenhum dos elementos que contratualmente ensejariam a responsabilidade da ré se mostraram presentes neste caso, não vejo como prover o recurso" (fls. 1.0881.090 e-STJ).

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, bem como a interpretação de cláusulas dos contratos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado das Súmulas nºs 5 e 7 deste Superior Tribunal.

Outrossim, não cabe a este Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 12% (doze por cento) sobre o valor da causa, os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília-DF, 25 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

